



Casal **Popular**

ESTATUTOS

*(Publicados em 14/11/1986 com as alterações
aprovadas em Assembleia-Geral a 26/3/2011 e a 31/10/15)*

Damaia, 31 de Outubro de 2015

Associação de Solidariedade Social Vencer – Casal Popular da Damaia

I. P. S. S. * Instituição de Utilidade Pública * NIF: 501836071
Creche * Jardim de Infância * Centro Actividades de Tempos Livres * Centro de Dia * Apoio Domiciliário
Rua Carvalho Araújo, Damaia, 2720 Amadora * Tel. 214 90 60 90, Fax. 214 90 61 09
geral@casalpopular.pt * www.casalpopular.pt

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Da natureza, denominação, sede, âmbito de acção e objecto

Artigo 1.º

Denominação e natureza jurídica

A Associação de Solidariedade Social Vencer - Casal Popular da Damaia, adiante designada por Associação, é uma instituição particular de solidariedade social, sob a forma de associação sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável e, em especial, pelos presentes estatutos.

Artigo 2.º

Sede e âmbito de acção

A Associação tem sede na Rua Carvalho Araújo, Damaia, na freguesia de Águas Livres, no concelho da Amadora, distrito de Lisboa e o seu âmbito de acção abrange a freguesia de Águas Livres.

Artigo 3.º

Objectivos

A Associação tem por objectivos o exercício de actividades de assistência social, recreativas e culturais dirigidas fundamentalmente às camadas mais desfavorecidas da população.

Artigo 4.º

Actividades

Para realização dos seus objectivos, a Associação propõe-se criar e manter as seguintes actividades:

- a) Centro de Dia para a terceira idade;
- b) Serviços de Ajuda Domiciliária a Idosos;
- c) Creche;
- d) Jardim-de-infância;
- e) Centro de Actividades de Tempos Livres para jovens;
- f) Unidade Residencial para Idosos.

Artigo 5.º

Organização e funcionamento

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.

Artigo 6.º
Prestação dos serviços

1. Os serviços prestados pela Associação serão gratuitos ou remunerados, em regime de percentagem a determinar em função da situação económico-financeira dos utentes, apurada em inquérito a que se deverá sempre proceder.
2. As tabelas de comparticipações dos utentes serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis, com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes, tendo sempre presente os objectivos e a subsistência da Associação.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Artigo 7.º
Qualidade de associados

1. Podem ser associados pessoas singulares ou colectivas que se proponham contribuir para a realização dos fins da Associação mediante o pagamento de quotas e/ou a prestação de serviços.
2. A qualidade de associado prova-se pela inscrição em registo apropriado que a Associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 8.º
Categorias

Haverá duas categorias de associados:

- a) Associados Efectivos – são as pessoas singulares ou colectivas, que se proponham colaborar na realização dos fins da Associação obrigando-se ao pagamento da quota, nos montantes fixados pela assembleia-geral;
- b) Associados Honorários – são as pessoas singulares ou colectivas, que adquirem essa qualidade em virtude das relevantes contribuições em donativos ou através de serviços prestados a favor da Associação.

Artigo 9.º
Direitos e deveres

1. São direitos dos Associados:
 - a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
 - b) Eleger e ser eleito para os cargos sociais;
 - c) Requerer a convocação da Assembleia Geral Extraordinária nos termos previstos nestes estatutos;

- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram por escrito com a antecedência mínima de dez dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo;
2. São deveres dos Associados:
- a) Pagar pontualmente as suas quotas, tratando-se de Associados Efectivos;
 - b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
 - c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
 - d) Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos.

Artigo 10.º

Sanções

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos nos presentes estatutos ficam sujeitos às seguintes sanções:
 - a) Repreensão escrita;
 - b) Suspensão de direitos até sessenta dias;
 - c) Demissão.
2. São demitidos os sócios que por actos dolosos tenham prejudicado moral ou materialmente a Associação.
3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 são da competência da Direcção.
4. A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.
5. A aplicação de qualquer sanção prevista no n.º 1 só se efectivará mediante audiência obrigatória do associado.
6. A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

Artigo 11.º

Condições do exercício dos direitos

1. Os associados só podem exercer os direitos referidos nos presentes estatutos se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Só são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, cumulativamente estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, sejam maiores e tenham pelo menos um ano de vida associativa.
3. Não são elegíveis para os corpos gerentes, os associados que, mediante processo judicial tenham sido removidos dos cargos directivos da Associação ou de outra IPSS, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Artigo 12.º

Intransmissibilidade

A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos, quer por sucessão.

Artigo 13.º

Perda da qualidade de associado

1. Perdem a qualidade de associado:
 - a) Os que pedirem a sua exoneração;
 - b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses
 - c) Os que forem demitidos nos termos previstos nos presentes estatutos.
2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias.
3. O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos sociais

Secção I

Disposições gerais

Artigo 14.º

Órgãos sociais

1. São Órgãos da Associação a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.
2. O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivado.

Artigo 15.º

Composição dos órgãos sociais

1. A Direcção e o Conselho Fiscal, não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da Associação.
2. O cargo de presidente do Conselho Fiscal não pode ser exercido por trabalhadores da Associação.

Artigo 16.º

Incompatibilidade

Não é permitido aos membros dos corpos gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo na mesma Associação.

Artigo 17.º
Impedimentos

1. É nulo o voto de um membro sobre assuntos que directamente lhe diga respeito, ou no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respectivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha recta ou no 2.º grau da linha colateral.
2. Os titulares dos membros da Direcção não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação.
3. Os titulares dos órgãos não podem exercer actividade conflituante com a da Associação nem integrar corpos sociais de entidades conflituantes com os da Associação, ou de participação desta.

Artigo 18.º
Mandatos dos titulares dos órgãos sociais

1. A duração do mandato dos Órgãos da Instituição é de quatro anos, devendo proceder-se à eleição na Assembleia Geral Ordinária a realizar até 31 de Dezembro do último ano de cada quadriénio.
2. Os titulares dos órgãos da instituição mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.
3. O exercício do mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral, o que deverá ter lugar até ao 30.º dia posterior ao das eleições.
4. Caso o Presidente cessante da mesa da Assembleia Geral não confira a posse até ao 30.º dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela Assembleia Geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação da eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar
5. Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro a posse terá lugar no prazo de trinta dias após a eleição, mas neste caso e para efeitos do número um, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.
6. O presidente da Direcção da Associação só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.

Artigo 19.º
Responsabilidade dos titulares dos órgãos

1. As responsabilidades dos titulares dos órgãos da Associação são as definidas nos artigos 164.º e 165.º do Código Civil.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:

- a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes;
- b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na ata respectiva.

Artigo 20.º

Funcionamento dos órgãos em geral

1. A Direcção e o Conselho Fiscal são convocados pelos respectivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes a eleições dos órgãos sociais ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros são feitas por escrutínio secreto.
4. Em caso de vacatura da maioria dos titulares dos órgãos, deve proceder-se ao preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês.
5. Os membros designados para preencherem as vagas referidas no n.º anterior apenas completam o mandato.
6. Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia geral, pelos membros da respectiva Mesa.

Secção II

Da Assembleia Geral

Artigo 21.º

Constituição

1. A Assembleia Geral, regularmente constituída, é o órgão soberano, representa a universalidade dos seus associados e as suas deliberações são obrigatórias para todos, desde que tomadas em conformidade com a lei e com os presentes estatutos.
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos 12 meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
3. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário.
4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os Associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 22.º
Competências

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos da Associação e, designadamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa, da Direcção e do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas da gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- f) Autorizar a Associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções;
- g) Aprovar a adesão a Uniões, Federações ou Confederações.

Artigo 23.º
Convocação e publicitação

- 1. A Assembleia Geral é convocada com 15 dias de antecedência pelo presidente da Mesa ou substituto.
- 2. A convocatória é afixada na sede e endereçada pessoalmente aos associados, por meio de aviso postal, ou através de correio electrónico para o endereço electrónico fornecido pelo associado.
- 3. Da convocatória, constará obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.
- 4. Independentemente da convocatória é obrigatório ser dada publicidade à realização da assembleia-geral, no sítio institucional e em aviso afixado em locais de acesso público, nas instalações da Associação.
- 5. Os documentos referentes aos diversos pontos da ordem de trabalhos devem estar disponíveis na sede e no sítio institucional da Associação, logo que a convocatória seja expedida, por meio de aviso postal, para os associados.

Artigo 24.º
Funcionamento

- 1. A assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.
- 2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 25.º

Deliberações

1. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples não se contando as abstenções.
2. É exigida a maioria qualificada na aprovação das matérias constantes das alíneas e), f) e g) do artigo 22.º dos estatutos.
3. No caso da alínea e) do artigo 22.º, a dissolução não tem lugar se um número de associados, igual ou superior ao dobro dos membros previstos para os respectivos órgãos, se declarar disposto a assegurar a permanência da Associação, qualquer que seja o número de votos contra.
4. As deliberações da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas do exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste na ordem de trabalhos.

Artigo 26.º

Votações

1. O direito de voto efectiva-se mediante a atribuição de um voto a cada associado.
2. Gozam de capacidade eleitoral activa os associados com, pelo menos, um ano de vida associativa.
3. Os associados podem ser representados por outros associados, bastando para tal uma carta, devidamente assinada, dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral e entregue à data da respectiva reunião.
4. Cada sócio não pode representar mais de um associado.

Artigo 27.º

Reuniões da Assembleia-Geral

1. A Assembleia-Geral reunirá obrigatoriamente três vezes por ano:
 - a) No final de cada mandato, até final do mês de Dezembro, para eleição dos titulares dos órgãos associativos;
 - b) Até 31 de Março de cada ano para aprovação do relatório e contas de exercício do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
 - c) Até 30 de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do programa de acção e do orçamento e para o ano seguinte e do parecer do Conselho Fiscal.
2. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo presidente da mesa da Assembleia Geral, por iniciativa deste, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 10% do número de sócios no pleno gozo dos seus direitos.

Secção III

Da Direcção

Artigo 28.º

Constituição

1. A Direcção da Associação é constituída por cinco membros efectivos, dos quais um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Vogal.
2. Haverá também três suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas, e pela ordem que tiverem sido eleitos.

Artigo 29.º

Competências

Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas da gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos Internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da Lei;
- d) Organizar o quadro de pessoal e contratos e gerir o pessoal da Associação;
- e) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da Lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da Associação.

Artigo 30.º

Forma de obrigar

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro ou a de quaisquer três dos membros da Direcção.
2. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

Artigo 31.º

Reuniões da Direcção

A Direcção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do Presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez por mês.

Secção IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 32.º

Constituição

O Conselho Fiscal da Associação é constituído por três membros, dos quais um presidente e dois vogais.

Artigo 33.º
Competências

1. Compete ao Conselho Fiscal o controlo e fiscalização da Associação, podendo, nesse âmbito, efectuar à Direcção e Mesa da Assembleia Geral as recomendações que entenda adequadas com vista ao cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos, e designadamente:
 - a) Fiscalizar a Direcção, podendo, para o efeito consultar a documentação necessária;
 - b) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de acção e orçamento para o ano seguinte;
 - c) Dar parecer sobre quaisquer assuntos que a Direcção e/ou Mesa da Assembleia Geral submetam à sua apreciação;
 - d) Verificar o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos;
2. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir às reuniões da Direcção, quando para tal forem convocados pelo presidente deste órgão

Artigo 34.º
Reuniões do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgue conveniente, por convocação do Presidente.

CAPITULO IV
Regime financeiro

Artigo 35.º
Património

O património da Associação é constituído pelos bens expressamente afectos pelos associados fundadores à Associação, pelos bens ou equipamentos doados por entidades públicas ou privadas e pelos demais bens e valores que sejam adquiridos pela mesma.

Artigo 36.º
Receitas

São receitas da Associação:

- a) As quotizações e as eventuais contribuições complementares pagas pelos associados;
- b) Os rendimentos dos bens e capitais próprios;
- c) Os rendimentos dos serviços prestados;
- d) Os rendimentos de produtos vendidos;
- e) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- f) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- g) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- h) Outras receitas.

Artigo 37.º
Quotas, serviços ou donativos

1. Os associados pagam uma quota mensal de valor fixado pela Direcção e ratificado em Assembleia Geral.
2. Havendo lugar à prestação de donativos ou serviços, compete à Direcção, propor à Assembleia Geral a aprovação dos mesmos.

CAPITULO V
Disposições diversas

Artigo 38.º
Símbolo da Associação

O símbolo da Associação é formado por quatro figuras humanas sobrepostas, de diferentes dimensões e de várias cores, envoltas em borboletas ou flores de várias cores. Homem e mulher, criança, jovem, adulto, idoso, todos são parte da figura humana, e das actividades do Casal Popular da Damaia.

Artigo 39.º
Extinção

1. A extinção da Associação tem lugar nos casos previstos na lei.
2. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma Comissão Liquidatária.
3. Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.
4. Pelos atos restantes e pelos danos que deles advenham à Associação, respondem solidariamente os titulares dos órgãos que os praticaram.

Artigo 40.º
Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Da natureza, denominação, sede, âmbito de acção e objecto

- Artigo 1.º - Denominação e natureza jurídica
- Artigo 2.º - Sede e âmbito de acção
- Artigo 3.º - Objectivos
- Artigo 4.º - Actividades
- Artigo 5.º - Organização e funcionamento
- Artigo 6.º - Prestação dos serviços

CAPÍTULO II - Dos Associados

- Artigo 7.º - Qualidade de associados
- Artigo 8.º - Categorias
- Artigo 9.º - Direitos e deveres
- Artigo 10.º - Sanções
- Artigo 11.º - Condições do exercício dos direitos
- Artigo 12.º - Intransmissibilidade
- Artigo 13.º - Perda da qualidade de associado

CAPÍTULO III - Dos Órgãos sociais

Secção I - Disposições gerais

- Artigo 14.º - Órgãos sociais
- Artigo 15.º - Composição dos órgãos sociais
- Artigo 16.º - Incompatibilidade
- Artigo 17.º - Impedimentos
- Artigo 18.º - Mandatos dos titulares dos órgãos sociais
- Artigo 19.º - Responsabilidade dos titulares dos órgãos
- Artigo 20.º - Funcionamento dos órgãos em geral

Secção II - Da Assembleia Geral

- Artigo 21.º - Constituição
- Artigo 22.º - Competências
- Artigo 23.º - Convocação e publicitação
- Artigo 24.º - Funcionamento
- Artigo 25.º - Deliberações
- Artigo 26.º - Votações
- Artigo 27.º - Reuniões da Assembleia-Geral

Secção III - Da Direcção

- Artigo 28.º - Constituição
- Artigo 29.º - Competências
- Artigo 30.º - Forma de obrigar
- Artigo 31.º - Reuniões da Direcção

Secção IV - Do Conselho Fiscal

- Artigo 32.º - Constituição
- Artigo 33.º - Competências
- Artigo 34.º - Reuniões do Conselho Fiscal

CAPÍTULO IV - Regime financeiro

- Artigo 35.º - Património
- Artigo 36.º - Receitas
- Artigo 37.º - Quotas, serviços ou donativos

CAPÍTULO V - Disposições diversas

- Artigo 38.º - Símbolo da Associação
- Artigo 39.º - Extinção
- Artigo 40.º - Casos Omissos

